



**COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO  
RIO ARARANGUÁ E AFLUENTES CATARINENSES DO  
MAMPITUBA**  
**ATA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO  
CONSULTIVA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO ARARANGUÁ E  
AFLUENTES CATARINENSES DO MAMPITUBA**

A ser submetida à aprovação na 85ª Reunião Ordinária da CC, em 03/09/2019

1 Aos 09 (nove) dias do mês de julho de 2019 (dois mil e dezenove), às 14h, na  
2 sede do Comitê, em Araranguá, realizou-se a 9ª Assembleia Extraordinária do  
3 Comissão Consultiva da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá e Afluentes  
4 Catarinenses do Mampituba. Presentes, os representantes da Diretoria do  
5 Comitê, os representantes das organizações-membro e demais entidades  
6 interessadas, conforme livro de presenças. O presidente Luiz Ismael de  
7 Camargo Leme (FAMA) deu boas vindas a todos os presentes e iniciou a  
8 assembleia fazendo a leitura da pauta do dia que contém os seguintes itens: 1.  
9 Ata da Reunião 83ª. 2. Pauta da próxima assembleia. 3. Situação da entidade  
10 executiva; 4. Câmara técnica de planejamento; 5. Projeto monitoramento  
11 hidrológico das bacias dos rios Araranguá e Mampituba; 6. Capacitação: Como  
12 e por quê participar do Comitê; 7. Assuntos Gerais – Desligamento da ONG  
13 Sócios Natureza. Procedeu-se a uma inversão dos pontos de pauta e o primeiro  
14 assunto a ser tratado foi o segundo ponto de pauta - Pauta da próxima  
15 assembleia. Michele Pereira da Silva (AGUAR) apresentou a seguinte pauta da  
16 assembleia, que foi discutida e aprovada: Aprovação da ata da 52ª Assembleia  
17 Ordinária; Alterações no plano de capacitações (e explicou as alterações  
18 ocorridas no plano de capacitações); Situação da CASAN - Consórcio  
19 Intermunicipal; Abertura da Capacitação: Como e por quê participar do Comitê;  
20 (capacitações setoriais). Sergio Marini (ADISI) questionou se na assembleia viria  
21 algum diretor da CASAN para falar sobre a situação da CASAN em relação ao  
22 Consórcio Intermunicipal. Michele respondeu que não estava planejada esta  
23 vinda. Marini referiu-se à liderança pelo prefeito Salvaro no processo de  
24 Municipalização da CASAN em seis municípios – Maracajá, Içara, Criciúma,  
25 Forquilha, Nova Veneza, Siderópolis. Em conversa com o Frigo e prefeito  
26 Dimas de Nova Veneza em Forquilha foi lembrado que teria os 4 mil l/s que  
27 iria a irrigação. Foi solicitado que isto fosse explicado ao Salvaro. Em reunião  
28 com os seis prefeitos e o Acélio Casagrande. Marini esclareceu que neste  
29 processo o primeiro passo do consórcio seria a compra de água bruta da adutora  
30 pelos municípios, com preço estipulado pela ANA – R\$ 0,23/m<sup>3</sup>. Segundo passo,  
31 dali 1 ano a 1,5 ano, seria a formação do consórcio com os seis municípios. O  
32 3º passo traria uma preocupação, pois seria contratada uma empresa privada  
33 para fazer a gestão do consórcio. Marini explicou que 1.100 l/s iria para  
34 abastecimento humano de 300 mil pessoas nos seis municípios e nos picos da  
35 irrigação há um acordo com a CASAN de que 4 a 5mil l/s iriam para irrigação.

36 Então a possível formação do consórcio teria que ter a adesão de todos prefeitos,  
37 mas o prefeito de Siderópolis já assinou com a CASAN e segundo o Frigo e o  
38 Dimas eles também ficariam com os produtores. A ADISI já protocolou  
39 documento para todos os prefeitos e direção da CASAN e o que foi levado ao  
40 prefeito Salvaro é que não eram contra a municipalização, mas se preocupavam  
41 com o futuro no momento de contratação de uma empresa. Os produtores, a  
42 CASAN e o governador estão lutando para que a CASAN continue uma estatal.  
43 Atualmente o prefeito de Siderópolis (Alemão) já rompeu com o processo. Mas  
44 Salvaro já pediu judicialmente o rompimento de contrato assinado em 2012 que  
45 iria até 2022. E um dos questionamentos do Estado é como Salvaro solicitou  
46 rompimento de um contrato assinado por ele mesmo. Salvaro colocou que ouviu  
47 as lamentações dos prefeitos que não eram atendidos pela CASAN. O Diretor  
48 da CASAN, Benedette assumiu que este comportamento foi um erro da CASAN.  
49 Marini citou o caso ocorrido em Jaraguá do Sul em que o juiz considerou  
50 inconstitucional requererem a municipalização da CASAN. No caso de  
51 efetivação do consórcio, iriam solicitar a transferência dos direitos adquiridos  
52 pelos produtores para o consórcio. Citou ainda o exemplo de Içara que criou um  
53 SAMAE e devolveu depois a gestão para a CASAN. Luiz fez referência ao ofício  
54 do Comitê protocolado na CASAN. Marini relatou que haverá uma solicitação de  
55 medição de vazão pelo menos para os maiores produtores – associações e  
56 cooperativas. Referiu-se ao documento cuja elaboração foi auxiliada pelo Volnei  
57 Meller (EPAGRI), de solicitação de um prazo maior. Marini colocou que é uma  
58 política do novo Governo de Estado de que se faça a medição de vazão de todos  
59 os grandes usuários. Colocaram para a Diretora de Recursos Hídricos e  
60 Saneamento, Jaqueline Isabel de Souza, a dificuldade de técnicos que façam  
61 estas medidas e de implantação das calhas baixas pelos produtores. Segundo a  
62 diretora seriam só os maiores produtores. Luiz relatou que a Diretora de  
63 Recursos Hídricos e Saneamento de SC estava na data desta reunião da CC  
64 reunida com o Paulo Renato Paim, diretor do Departamento de Recursos  
65 Hídricos e Saneamento do Rio Grande do Sul e a situação no RS é de que os  
66 produtores façam esta medida de vazão. A seguir Yasmine de Moura da Cunha  
67 (UNESC) colocou em votação a aprovação da ata da 83ª Reunião Ordinária da  
68 CC enviada anteriormente por e-mail, que foi aprovada por todos. Everson  
69 Casagrande (SAMAE Araranguá) ressaltou que deveria ser bem discutida a  
70 questão da privatização do abastecimento público, pois seria uma tendência que  
71 iniciou nas maiores cidades e futuramente bateria na nossa porta. Michele  
72 questionou se haveria tempo hábil para convidar o diretor superintendente da  
73 CASAN, Benedette, para a assembleia do Comitê. Marini ficou de entrar em  
74 contato, levando um ofício do Comitê, apesar de não achar provável a  
75 confirmação de vinda. Como 3ª ponto de pauta Michele falou sobre a situação  
76 da entidade executiva e relatou que no dia 9/abril ocorreu uma reunião de  
77 fiscalização e a análise do relatório revelou que as ações estão sendo  
78 executadas dentro do prazo e pelo planejamento estratégico que está sendo  
79 conduzido pela coordenadora da AGUAR pode haver mais duas convocações –  
80 uma da Comissão Consultiva e uma assembleia. Referiu-se às capacitações e  
81 reuniões a serem realizadas pelo plano de trabalho e ao planejamento  
82 estratégico a ser encaminhado pela Cenilda. Luiz mostrou preocupação em  
83 relação à situação de prestação de contas do Comitê Urussanga, pela troca de  
84 diretoria. Marini relatou que o atual secretário é o Fernando Prêve da EPAGRI.  
85 Yasmine relatou que sobre as ações com certeza darão conta, por serem

86 tocadas pelos técnicos da AGUAR. Luiz mencionou que o Estado tem recursos  
87 para liberar no segundo ano. Yasmine referiu-se à liberação dos recursos pelo  
88 Governo de Estado, à prestação de recursos e à questão da coordenação da  
89 AGUAR e suas técnicas. Relembrou que Thiago em reunião de vistoria assinalou  
90 que isto pode ser um entrave na liberação de recursos. Relatou os problemas  
91 com a coordenação da Cenilda. Luiz referiu-se ao Plano de Recursos Hídricos  
92 da bacia do rio Araranguá que completa 5 anos em 2020 e que devemos pensar  
93 na sua revisão. Michele solicitou a mobilização dos participantes, representantes  
94 das organizações-membro no Comitê, que é fundamental para atingir a meta do  
95 projeto. Luiz referiu-se à capacitação do PSA para a qual a Diretora de Recursos  
96 Hídricos e Saneamento, Jaqueline Isabel de Souza, não foi convidada, mas  
97 colocou-se à disposição para informações. Isto justifica-se, pois na verdade não  
98 se tinha conhecimento de sua habilitação sobre a temática. Como 4º ponto de  
99 pauta, Câmara técnica de planejamento, Michele relatou a extinção da Comissão  
100 Consultiva e a formação de uma Câmara Técnica de Planejamento Estratégico,  
101 talvez permanente, para pensar na execução do Plano de RH da bacia do rio  
102 Araranguá. Ressaltou que se deveria pensar se este assunto já entraria na  
103 próxima assembleia – formação, estrutura e função desta Câmara Técnica – já  
104 que pelo Regimento Interno que está novamente em processo de alteração, pela  
105 nova Resolução CERH nº 19/2017. Como este novo RI ainda não foi aprovado,  
106 será utilizada esta Resolução para encaminhar as resoluções do Comitê, e o  
107 mesmo será feito pelos demais comitês cujos RI ainda não foram aprovados com  
108 as alterações. Esta Resolução traz orientações para assembleias setoriais para  
109 eleição dos representantes das organizações-membro dentro dos comitês,  
110 extinção da CC e criação de Câmaras Técnicas. Yasmine relembrou que a SDS  
111 ficou de encaminhar um modelo para RI de acordo com esta nova Resolução.  
112 Daniel Pezente (SATC) mencionou que participou de uma reunião do Comitê  
113 Tubarão e que eles já se enquadraram a terem menos cadeiras nos comitês,  
114 setores se reúnem e definem duas ou três cadeiras que representam todo o  
115 setor. Luiz relembrou que mesmo com a ampliação para inserir organizações da  
116 bacia do rio Mampituba, não houve aumento do número de cadeiras, pois houve  
117 saída de organizações-membro. Michele adiantou um ponto dos a ser discutido  
118 em Assuntos Gerais, relativo à substituição de cinco organizações-membro –  
119 duas do segmento Órgãos da Administração Federal e Estadual – as duas ADRs  
120 extintas (Criciúma e Araranguá); duas do segmento Usuários de Água -  
121 AQUATUR de Turvo que se desfez e a Colônia de Pescadores de Araranguá  
122 que solicitou por escrito seu desligamento; e uma do segmento População da  
123 Bacia – a ONG Sócios da Natureza que enviou um e-mail solicitando  
124 desligamento. Marini relatou solicitação de vagas como Usuários de Água, por  
125 ofício há anos. Michele relatou que o Comitê aguarda retorno das organizações  
126 que já manifestaram interesse, mas não enviaram nada por escrito – SDS,  
127 ASCEA, SINTE, CDL, AMREC e SINQUISUL. A ASCEA e a AMREC teriam  
128 reunião nesta mesma semana e ficaram de enviar indicação de nome. CDL ficou  
129 de enviar novo nome. Na SDS o Renato Bez Fontana foi desligado da entidade  
130 e Marini relatou que iriam definir novos nomes. EPAGRI indicou novo nome para  
131 representante titular. A Escola Honório Dal Toé indicou novos nomes. E não  
132 houve retorno dos municípios de Balneário Rincão e Forquilha. Marini  
133 questionou se do município de Forquilha o representante titular seria o  
134 prefeito, o Pola, confirmado por Michele. Luiz questionou se a Colônia de  
135 Pescadores do Rincão poderia ser indicada e Michele afirmou que sim. Mas

136 ressaltou que foram questionados em 2016 sobre a redução de representantes  
137 da organizações-membro, pois atualmente tem-se 45 representantes e a média  
138 de participação é de 28-30, prejudicando o quórum e o desenvolvimento de  
139 algumas ações. Luiz referiu-se ao e-mail enviado pelo Tadeu dos Santos pela  
140 ONG Sócios da Natureza, com solicitação de ser lido na assembleia.  
141 Posteriormente solicitou verbalmente ao Luiz um espaço na assembleia para se  
142 manifestar pessoalmente. Everson Casagrande relatou que o Conselho  
143 Ambiental do Município de Araranguá (COAMA) exigiu a indicação de seus  
144 membros pela entidade que representasse e a ata que definiu a indicação e a  
145 comprovação de atuação da entidade. Como a ONG Sócios Natureza não  
146 apresentou nenhuma documentação e não deu retorno, a ONG foi desligada do  
147 COAMA. A Comissão Consultiva resolveu que seja apenas comunicado o  
148 desligamento da ONG Sócios da Natureza. Meller manifestou que tem o  
149 entendimento do que Tadeu coloca, que os Comitês cada vez mais se colocam  
150 à mercê do Estado, perdendo sua independência. Marini ressaltou que sem  
151 recursos os comitês não podem atuar. Yasmine e Luiz fizeram referência à falta  
152 de recursos para a AGUAR. E foi feita referência ainda à mudança de endereço  
153 do Comitê da bacia do rio Araranguá e da AGUAR. Foi discutida a situação atual  
154 de extinção de Conselhos e como ficaria a situação dos comitês de bacia. Marini  
155 foi de opinião que ficaria à mercê de cada estado. Sobre o 5º ponto de pauta, o  
156 Projeto monitoramento hidrológico das bacias dos rios Araranguá e Mampituba,  
157 Luiz referiu-se à UNESCO, por meio do IPARQUE, que propôs um projeto ao  
158 Comitê. Michele relatou que seriam 67 pontos de amostras; 54 pontos na bacia  
159 do Araranguá e Mampituba (AMESC); 13 pontos na bacia do Araranguá  
160 (AMREC); 2 anos de monitoramento com 8 campanhas de coleta de amostras.  
161 E ressaltou que estes resultados - qualidade e vazão – podem ser usados para  
162 o enquadramento. UNESCO busca aprovação do Comitê para este projeto, com  
163 custo rateado entre os municípios. Membros da CC questionaram a questão das  
164 medidas das vazões não serem reais, mas as da campanha, por estação.  
165 Michele informou quais os medidores de vazão automáticos existem na bacia do  
166 rio Araranguá. Marini referiu-se à vazão da barragem do rio São Bento, que  
167 atualmente é maior do que a estimada. Luiz propôs o agendamento de uma  
168 reunião extraordinária, com participação de equipe da UNESCO para  
169 apresentação do projeto. Como 6º ponto de pauta, sobre as Capacitações,  
170 Michele explanou os cursos de capacitação a serem ofertados. Capacitação  
171 Como e por quê participar do Comitê, a ser feita por setores, como estratégia de  
172 organização para as assembleias setoriais; Capacitação Reservação Hídrica,  
173 com carga horária de 8 horas, cujos instrutores seriam Donatto Luciete –  
174 Reservação para Agricultura -; Sergio Marini – Experiência da ADISI -; Lorenço  
175 – Reservação para abastecimento humano/CASAN. E como público-alvo  
176 representantes das organizações-membro integrantes do Comitê Araranguá,  
177 órgãos gestores (Fundações, Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura) e  
178 atores das bacias do rio Araranguá e afluentes catarinenses do rio Mampituba.  
179 O objetivo tem relação com o plano de recursos hídricos da bacia do rio  
180 Araranguá tem como meta aumentar a disponibilidade hídrica, detalhado em  
181 uma ação de curto prazo, a realização de estudos para a reservação hídrica de  
182 pequeno (açudes), médio e grande porte, e buscar recursos para sua  
183 implantação. Esta ação foi pensada visando o atendimento das demandas  
184 hídricas, redução dos conflitos existentes entre os usuários de água devido ao  
185 déficit encontrado nos rios da bacia hidrográfica do rio Araranguá. O conteúdo

186 incluiria apresentação, situação atual do plano do Araranguá (2015); Plano  
187 estadual (2017); Outorga (6mil m<sup>3</sup>/h); Projetos de Reservação hídrica para  
188 rizicultura (Apresentação EPAGRI – DONATO); Projetos de Reservação hídrica  
189 para rizicultura (Apresentação ADISI – Projeto de monitoramento e reutilização  
190 da água? É reservação o método adotado?); Reservação Hídrica para  
191 abastecimento (Apresentação CASAN - Rio do Salto e São Bento). Michele  
192 questionou sobre quais encaminhamentos dar para essas capacitações e qual o  
193 papel do Comitê neste processo. Meller relatou que a EPAGRI formou um grupo  
194 para estudar melhor o que os comitês de bacia querem. Luiz colocou que a  
195 reservação deve ser feita de maneira adequada. Foi questionado se já se tem  
196 conhecimento da vazão de poços artesianos. Receio de os poços secarem.  
197 Marini relatou que Meleiro está abrindo muitos poços artesianos, mais de 10  
198 poços numa única propriedade, sem estudo apropriado. Luiz e Yasmine fizeram  
199 referência à Instrução Normativa para abertura de poços artesianos. Michele  
200 repassou os horários dos palestrantes. Luiz referiu-se a um curso anterior sobre  
201 reservação hídrica no CETRAR de Araranguá. E sugeriu o planejamento de  
202 visitas a locais onde já se tenha reservação. Encaminhamentos: Convidar o  
203 Philipe Barchinski, antigo diretor da FATMA – Coordenadoria Regional Sul - para  
204 o curso de Licenciamento Ambiental (ver contato com o Luiz). Everson  
205 Casagrande sugeriu convidar o setor da agricultura, as associações. O  
206 presidente, Luiz Leme agradeceu a presença a todos e encerrou a reunião.  
207 Sendo que nada mais tendo a acrescentar, eu, Yasmine de Moura da Cunha,  
208 Secretária Executiva do Comitê, lavrei a presente ata, cujas assinaturas dos  
209 presentes encontram-se registradas no respectivo livro de presenças e a  
210 gravação de áudio arquivada no Comitê.  
211



---

Luiz Ismael de Camargo Leme  
**Presidente do Comitê Araranguá e  
Afluentes Catarinenses do Mampituba**



---

Yasmine de Moura da Cunha  
**Secretária Executiva do Comitê Araranguá e  
Afluentes Catarinenses do Mampituba**